

EXMO. SR. DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS:

Ref. : processo 2013.01.1.067263-0

SERMON
Processo nº 2013.01.1.067263-0
Examinado em 14/11/13
Hora: 17:22
Assinado: [assinatura]

lunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
SERPET

14/11/2013

14:28:31

32190



COOPERATIVA CENTRAL DO BRASIL DE
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS -
COOPERBRASIL, por seu advogado, inconformada com a decisão proferida
nos autos da ação ordinária que move contra o **DISTRITO FEDERAL**, que
negou o cumprimento da antecipação de tutela anteriormente deferida, dela
interpõe **AGRAVO DE INSTRUMENTO**, requerendo ao Relator a quem for
ele distribuído, a concessão de **TUTELA ANTECIPADA**, pelas razões anexas.

Informa que o patrono da Agravante é o advogado que esta
subscrive, José Wellington Medeiros de Araújo, OAB/DF 6.130, com escritório
no SHS, Quadra 6, Lote A, Bloco "C", Conj. 813, Brasil XXI Business Center
Tower, Brasília-DF, CEP 70.316-000, e do agravado, a Procuradoria Geral do
Distrito Federal, *ex vi legis*, cujos integrantes são encontrados no SAM, Projeção



I, Edifício Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal, Brasília-DF, CEP 70.620-000.

96

Integram o instrumento do Agravo cópia das peças obrigatórias - petição inicial, procuração outorgada ao patrono da agravante, decisão recorrida, embargos de declaração à decisão recorrida, decisão dos embargos declaratórios e certidão da sua intimação ao advogado -, bem como outras petições da Agravante e outras decisões úteis à compreensão da causa - peças essas que o subscritor desta petição declara serem autênticas.

P. Deferimento.

Brasília, 06 de novembro de 2013.

José Wellington Medeiros de Araújo
OAB/DF 6.130

3
9



97

RAZÕES DO AGRAVO

I – PRESSUPOSTOS DO RECURSO

Este agravo é interposto da decisão interlocutória que indeferiu o pedido de imediato cumprimento de decisão anterior à sentença, que antecipou os efeitos da tutela pleiteada, determinando que o Distrito Federal, ora Agravado, abrisse a proposta de preços apresentada pela autora na concorrência pública de que participa, e desse prosseguimento às demais fases do certame.

A intimação da decisão – de fato, se deu no dia 04/11/2013, data em que os autos foram retirados com carga (DOC. 10), sendo o recurso hoje ajuizado tempestivo. O preparo foi efetivado, conforme guia anexa.

II – A QUESTÃO, e a DECISÃO AGRAVADA

Trata-se de ação proposta por COOPERBRASIL, visando a declaração da nulidade do ato administrativo que a inabilitou para participar da Concorrência nº 01/2011-ST – Reabertura (doc. 02), em que foi deferida **antecipação de tutela** “para suspender o óbice da inabilitação da COOPERATIVA CENTRAL DO BRASIL DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS - COOPERBRASIL na Concorrência n. 1/2011-ST - Reabertura, assegurando-se a abertura de sua proposta de preços (envelope n. 02 do Lote n. 01) pela Comissão Especial de Licitação e, caso não haja outro óbice senão aquele que

43



já foi aqui afastado, sua continuidade nas demais fases do certame" (doc. 03). O Distrito Federal recorreu (AGI 2013.00.2.012586-7), e os efeitos da decisão foram suspensos. Sobreveio **sentença julgando procedentes** os pedidos da COOPERBRASIL (doc. 04) e o agravo do Distrito Federal restou prejudicado, sendo o seu seguimento negado pelo Relator (doc. 05), o que importa dizer que a antecipação de tutela persiste, razão pela qual a COOPERBRASIL, baseada no **art. 520, inciso VII, do CPC**, requereu o seu imediato cumprimento (doc. 06), ao quê a MM. Juíza processante respondeu, laconicamente:

"Nada a prover quanto ao pedido de fls. 567/569.
Aguarde-se o trânsito em julgado da sentença de fls. 558/565."
(doc. 07).

A MM. Juíza indeferiu o cumprimento imediato do seu próprio *decisum* sem ao menos fundamentar essa última decisão, malferindo o artigo 93, inc. IX da Constituição Federal e os arts. 165 e 520, VII, do CPC, o que ensejou embargos de declaração (doc. 08), também rejeitados (doc. 09).

III - FUNDAMENTO DO PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO. PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

Além de afrontar dispositivos da lei processual e da Constituição, a decisão agravada não observa que a antecipação da tutela tem **aplicação e eficácia imediatas**. E é para restaurar esses atributos da decisão em comento que se interpõe este Agravo, pois se não houver o cumprimento imediato da decisão antecipatória de tutela em vigor, ela será **infrutífera**, a ação será **inócua**



e os prejuízos da Agravante serão certos e irreparáveis, ou de muito difícil reparação.

O art. 527, III, do CPC autoriza o relator do agravo deferir a pretensão recursal em antecipação de tutela, nos casos elencados no art. 558 do mesmo Código, dentre os quais se encontram aqueles "dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação". É esse o caso dos autos. A Agravante persegue o imediato cumprimento da decisão que lhe antecipou a tutela, por ser esse o único meio hábil para assegurar a eficácia da sentença de mérito já proferida em seu favor, evitar prejuízos de difícil - senão impossível - reparação, e porque cabe ao Judiciário fazer cumprir suas próprias decisões, para não por em risco sua credibilidade e o estado democrático de direito, e não permitir que se estabeleçam a baderna e o caos.

É cediço que a procedência da ação, no julgamento do mérito, ratifica a tutela deferida antecipadamente, caso em que eventual recurso de apelação será recebido apenas no efeito devolutivo, como determina o art. 520, inc. VII, do CPC. Isso determina o cumprimento imediato da decisão interlocutória que constitui o documento 03 do instrumento deste agravo.

Nesse sentido a jurisprudência é pacífica, tanto nesse E. Tribunal de Justiça quanto no C. Superior Tribunal de Justiça (REsp 1001046/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJe de 06/10/2008; Ag.Rg. no Ag. nº 1.339.205-SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 24/11/2010 e REsp 648.886, Rel. Ministra Nancy Andrighi). Veja-se esse precedente:

6
5

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO POR INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA NA SENTENÇA. EFEITOS DA APELAÇÃO. ARTIGO 520, VII, DO CPC.

1. Consoante o preceptivo contido no inciso VII do artigo 520 da Lei Instrumental, a **apelação interposta contra sentença que concede a antecipação dos efeitos da tutela deve ser recebida apenas no efeito devolutivo.**

2. Doutrina. "Cumpre, pois, sublinhar: quando a antecipação é deferida na própria sentença, como um de seus capítulos, o recurso único cabível é o de apelação; todavia tal recurso somente suspende o cumprimento da sentença (art. 520) quanto à matéria excluída da antecipação de tutela. **O capítulo relativo à AT merecerá cumprimento imediato, sem o que a própria antecipação perderia sua razão de ser**" (in Da Antecipação de Tutela, Athos Gusmão Carneiro, 7ª edição, Forense, 2010, RJ, pág. 107).

3. Precedentes do STJ. 3.1 "1. **A jurisprudência do STJ se firmou no sentido de que "a apelação interposta contra sentença que defere a antecipação de tutela deve ser recebida apenas no efeito devolutivo."** (REsp 1001046/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJe 06/10/2008) (...)" (STJ, 4ª Turma, Ag.Rg. nº 1.339.205-SP, rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 24/11/2010). 3.2 "a apelação contra esta interposta deverá ser recebida apenas no efeito devolutivo quanto à parte em que foi concedida a tutela" (REsp 648.886, rel. Ministra Nancy Andrighi).

4. Recurso conhecido e provido.

(Acórdão n.649812, 20120020239646AGI, Relator: JOÃO EGMONT, 5ª Turma Cível, Data de Julgamento: 30/01/2013, Publicado no DJE: 01/02/2013. Pág.: 401)

Ademais, a **prova da verossimilhança da alegação** da Agravante reside nos dispositivos legais anteriormente citados e em copiosa jurisprudência. Já a **prova inequívoca** é constituída pela própria decisão antecipatória deferida pelo juízo singular e confirmada na sentença de mérito que, julgando totalmente procedentes os pedidos da Agravante, por óbvio não revogou a antecipação de tutela, mas, ao contrário, a confirmou.



Trata-se, como se vê, da realização imediata de um direito já reconhecido por decisão que enseja a efetividade da prestação jurisdicional, mediante a garantia da continuidade da participação da Agravante na licitação, com a abertura de sua proposta e demais atos que se lhe devem seguir.

Cumpre ressaltar que o *periculum in mora*, neste caso É NOTÓRIO, pois se a Agravante tiver que aguardar o trânsito em julgado da r. sentença para só então colher os efeitos da antecipação de tutela, inevitavelmente ocorrerá a perda do objeto da ação, o que importa afirmar que a pesada máquina judiciária, acionada, reconheceu plenamente o direito da Agravante mas esse reconhecimento, por ora, não gera qualquer efeito prático nem arreda o risco iminente de prejuízos irreparáveis.

Por essas razões, O DEFERIMENTO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA É MEDIDA QUE SE IMPÕE!

IV – MÉRITO

A superveniência de sentença julgando inteiramente procedentes os pedidos iniciais absorve a antecipação de tutela e atrai a aplicação do inciso VI, do art. 520 do CPC. É esse o entendimento do E. STJ, como vê nesse aresto:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. MEDIDA LIMINAR. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO RATIFICANDO A TUTELA ANTECIPADA ANTERIORMENTE

DEFERIDA. PERDA DE OBJETO DO RECURSO RELATIVO À MEDIDA ANTECIPATÓRIA.

1. Esta Corte vem firmando o entendimento de que fica prejudicado o recurso especial interposto contra acórdão que examinou agravo de instrumento interposto contra decisão que defere/indefere liminar ou antecipação de tutela, quando há a superveniência de sentença de mérito, tanto de procedência, porquanto absorve os efeitos da medida antecipatória, por se tratar de decisão proferida em cognição exauriente; como de improcedência, pois há a revogação, expressa ou implícita, da decisão antecipatória.

2. Prolatada sentença de mérito ratificando a tutela antecipada anteriormente deferida, eventual recurso de apelação será recebido no efeito meramente devolutivo, nos termos do art. 520, VII, do CPC.

3. Recurso especial prejudicado.

(REsp 1232489/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma. J 28/05/2013, DJe 13/06/2013)

Esse E. Tribunal de Justiça comunga do mesmo entendimento:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EFEITOS DA APELAÇÃO. SENTENÇA QUE CONCEDEU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.

1. Se a sentença concedeu a antecipação de tutela pleiteada pela autora, o apelo contra ela interposto pelo réu só pode ser recebido no efeito devolutivo, a teor do disposto no art. 520, inciso VII, do CPC.

2. Agravo provido.

(Acórdão 696661, 20120020249575AGI, Rel.: Arnaldo Camanho de Assis. 4ª Turma Cível. J 17/07/2013, DJe 01.08.2013, P. 119)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECEBIMENTO DA APELAÇÃO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONFIRMADA EM SENTENÇA. EFEITO SUSPENSIVO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1) - Em caso de confirmação da antecipação dos efeitos da tutela em sentença, o recebimento da apelação deve ser apenas no efeito devolutivo, conforme regra do artigo 520, VII do CPC.

2) - O fato de ter concedido, em um primeiro instante, a concessão da antecipação de tutela ao agravo, não significa que não se possa, quando do seu julgamento, ter-se o recurso como não merecedor de provimento, porque se assim não fosse a

concessão da suspensividade ao ato impugnado significaria, sempre, que o recurso seria necessariamente provido.
3) - Recurso conhecido e não provido.

(Acórdão n.721242, 20130020178902AGI, Rel.: Luciano Moreira Vasconcellos, 5ª TC. J.: 09.10.2013. DJe 14/10/2013, P 151)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CONHECIMENTO. SENTENÇA QUE CONFIRMA A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. EFEITOS EM QUE O RECURSO DE APELAÇÃO É RECEBIDO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 520/VII do Código de Processo Civil, o recurso de apelação será recebido somente no efeito devolutivo, quando interposto de sentença que confirma a antecipação dos efeitos da tutela.

2. Agravo desprovido.

(Acórdão n.682833, 20120020024705AGI, Rel.: Antoninho Lopes, 4ª TC. J 04.07.2012. DJe 13.06.2013, p 159)

Não é demais lembrar que se a Agravante tiver que aguardar o trânsito em julgado da r. sentença para obter a efetividade da antecipação de tutela, até lá a concorrência pública já terá sido encerrada, e só lhe restará demandar pela indenização de prejuízos de muito difícil avaliação e reparação, sabido que as ações que tais são demoradíssimas e deságuam sempre nos famigerados precatórios, de recebimento incerto.

IV – PEDIDOS

Diante do exposto, a Agravante confia no deferimento da antecipação de tutela recursal e no **conhecimento e provimento** deste recurso, confirmada a liminar e reformada a decisão agravada, acatado o pedido de imediata expedição de *“mandado de intimação para que o Requerido, por intermédio do Presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de*



104

Transportes, Sr. Galeno Furtado Monte, a ser encontrado na sala 1509 do 15º andar do Edifício Anexo do Palácio do Buriti, cumpra imediatamente a decisão outrora proferida, procedendo à abertura da proposta de preços da Autora e dando prosseguimento nas demais fases do certame", haja vista que se apelação houver da sentença, ela terá que ser recebida apenas no efeito devolutivo, o que não afeta o cumprimento da decisão antecipatória da tutela deferido em primeiro grau.

Justiça!

Brasília-DF, 14 de novembro de 2013.


José Wellington Medeiros de Araújo
OAB/DF 6.130



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Grub

EXCELENTÍSSIMO SENHOR RELATOR, DESEMBARGADOR J. J. COSTA
CARVALHO DA 2.^a TURMA CÍVEL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

PROCESSO: 2013.00.2.027515-5 (AGI)

AGRAVANTE: COOPERBRASIL

AGRAVADO: DISTRITO FEDERAL

TJDF - Circunscrição Judiciária de BRASÍLIA

Comprovante de recebimento de Petição

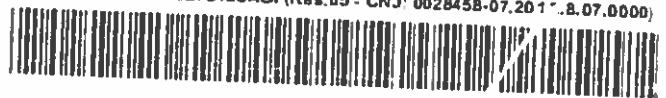
Número do Protocolo: 2013.01.011964425

Data e Hora: 02/12/2013 15:14

Tipo de Peticionante: Réu

Recebido em: Posto de Protocolo Integrado do Ginásio Nilson Nelson - PPI GNN

Processo: 20130020275155AGI (Res. 65 - CNJ: 0028458-07.2011-8.07.0000)



O DISTRITO FEDERAL, já devidamente qualificado
nos autos do Agravo de Instrumento em epígrafe, vem, com o devido respeito e
acatamento, por intermédio do seu Procurador que a esta subscreve, poderes *ex*
lege, apresentar

CONTRAMINUTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO

interposto contra a decisão que desproveu os embargos de declaração opostos
em face da sentença proferida pelo MM. Juízo da 6^a Vara da Fazenda Pública, nos
autos da Ação de Conhecimento tombada sob o n.º 2013.01.1.067263-0,
fazendo-o com fulcro no artigo 527, V, do CPC, e aduzindo para tanto os
fundamentos constantes da contraminuta anexa, pugnando, desde já, pelo
improvemento do recurso, na remota hipótese de ser conhecido.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Brasília, DF, 29 de novembro de 2013.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF - 29.190

12
q



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2013.00.2.027515-5 AGI

AGRAVANTE : COOPERBRASIL
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL

CONTRAMINUTA DE AGRAVO

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA,
DOUTA 2ª TURMA CÍVEL,
SENHORES DESEMBARGADORES,**

1. DO BREVE HISTÓRICO

1.1 Do histórico da demanda de origem

Tratam os autos de origem de Ação de Conhecimento ajuizada por COOPERBRASIL – Cooperativa Central do Brasil de Transportes Coletivos Urbanos de Passageiros visando, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, com o objetivo de que seja revertida a decisão administrativa que a inabilitou no processo licitatório de Concorrência Pública n.º 001/2011-ST, possibilitando a sua participação nas demais fases do certame.

A referida decisão de inabilitação se fundamentou nos seguintes argumentos: i) a licitante apresentou procuração para credenciamento e declarações exigidas pelo instrumento convocatório assinadas somente pelo seu Presidente, enquanto que o Estatuto da cooperativa, em seu art. 29, "s", dispõe explicitamente que a contração de obrigações e constituição de mandatários competem ao Conselho de Administração; ii) o atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante não comprova a prestação do serviço público de



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

transporte coletivo de passageiros em nome próprio da cooperativa (como exige o item 21.4.1.1 do Edital), posto que tal atestado se refere estritamente à execução individual de serviços por permissionários pessoas físicas no Município de Guarulhos/SP (o que, inclusive, foi esclarecido pela Secretaria de Transportes daquele Município, mediante diligência).

Distribuída a referida ação de conhecimento à 6ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, a Eminente Juíza de Direito proferiu decisão interlocutória, deferindo a antecipação dos efeitos da tutela postulada pela COOPERBRASIL, *in verbis*:

"Ante o exposto, DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela para suspender o óbice da inabilitação da COOPERATIVA CENTRAL DO BRASIL DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS - COOPERBRASIL na Concorrência n. 1/2011-ST - Reabertura, assegurando-se a abertura de sua proposta de preços (envelope n. 02 do Lote n. 01) pela Comissão Especial de Licitação e, caso não haja outro óbice senão aquele que já foi aqui afastado, sua continuidade nas demais fases do certame."

Em face dessa decisão, o Distrito Federal interpôs recurso de agravo de instrumento, o qual, após ter sido distribuído para a **2ª Turma Cível sob o nº 2013.00.2.012586-7**, teve a antecipação de tutela recursal deferida e os efeitos da decisão agravada foram suspensos de imediato.

Suspensa a decisão, o processo seguiu o seu curso normal na primeira instância, tendo, o Distrito Federal, apresentado resposta na forma de contestação, oportunidade em que foram alegadas diversas preliminares e, no mérito, demonstrou-se que não merecia a procedência o pedido autoral.

Ocorre que, a despeito das substanciosas alegações da parte ré, a Douta Magistrada de primeiro grau, pautada em argumentos de legalidade duvidosa, *data vênia*, julgou procedente o pedido, em sede de sentença que possui o seguinte dispositivo:



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

"Ante o exposto, julgo PROCEDENTE os requerimentos autorais para declarar nulo o ato que inabilitou a sociedade empresária COOPERATIVA CENTRAL DO BRASIL DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS - COOPERBRASIL da Concorrência n. 1/2011-ST - Reabertura, assegurando-se a abertura de sua proposta de preços (envelope n. 02 do Lote n. 01) pela Comissão Especial de Licitação e, caso não haja outro óbice senão aquele que já foi aqui afastado, sua continuidade nas demais fases do certame.

Declaro com isso resolvido o mérito da demanda com base no artigo 269, inciso I do CPC.

Condeno o requerido a ressarcir as custas adiantadas pelo autor, bem como a pagar ao autor o valor de R\$ 500,00 a título de honorários advocatícios, conforme artigo 20, § 4º do CPC."

Em face deste pronunciamento judicial, **o Distrito Federal interpôs recurso de apelação – ainda pendente de recebimento pelo Juízo a quo** – com o objetivo obter a improcedência do pedido autoral.

Também inconformada, a parte autora, ora agravante, opôs **embargos de declaração em desfavor da referida sentença**, ao argumento de que a decisão havia sido omissa quanto ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

Em resposta aos declaratórios, o Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública assim se pronunciou:

"Alega a embargante que a decisão contém omissão, razão pela qual requer sejam pontualmente apreciadas suas alegações.

Conheço dos presentes embargos, porquanto foram interpostos tempestivamente, nos termos do artigo 536 do CPC.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Os embargos de declaração têm a finalidade de corrigir obscuridade, contradição ou omissão no julgado, bem como para a correção de erro material. Apenas admite-se a incidência de efeitos modificativos no julgado em tais hipóteses, o que não se observa na decisão embargada.

Assim, percebe-se que a parte não pretende com os embargos de declaração o esclarecimento de omissões, mas sim a adequação do julgado ao seu particular entendimento, com modificação da substância da decisão, o que se mostra incabível pela via escolhida. Ante o exposto, REJEITO os embargos e mantenho, na íntegra, a decisão atacada.

Intimem-se."

Como se vê, a Ilustre Magistrada de primeiro grau identificou que não existiam vícios na decisão embargada, sobretudo no que se refere à omissão, razão pela qual desproveu o recurso.

Ainda inconformada com decisão, a parte autora interpôs o agravo de instrumento que ora está sendo contrarrazoado.

Em síntese, isto é o que há de relevante nos autos.

1.2 Do histórico do presente agravo de instrumento

Como dito, a parte agravante interpôs o presente agravo de instrumento em desfavor do pronunciamento judicial que, ao julgar os embargos de declaração opostos, o desproveu.

Por meio dos citados declaratórios, a parte agravante buscava suprir suposta omissão em relação ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Ocorre que, como bem reconhecido pela **sentença** que julgou os embargos, não



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

havia omissão no *decisum* recorrido que justificasse o provimento do referido recurso.

Assim, a parte autora aviou o presente agravo de instrumento, requerendo que este Egrégio Tribunal se digne a determinar o imediato cumprimento do *decisum*, pretensão esta que não possui a menor plausibilidade jurídica.

Em resumo, isto é o que há de relevante a ser relatado.

2. DAS RAZÕES PARA O NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO

2.1 Da inadequação da via eleita

O recurso interposto pela COOPERBRASIL não merece sequer ser conhecido. Isto porque não é o meio adequado para combater a decisão hostilizada. Explica-se:

Ao contrário do que quer fazer crer a parte agravante, a decisão hostilizada **compõe o todo maior, qual seja, a sentença**. Isso mesmo, o objetivo da parte agravante com as provocações feitas ao Juízo de primeiro grau, seja por meio de simples petição, seja por meio de embargos declaratórios, é de colmatar a sentença.

Ora, se o objetivo da agravante é tentar a integração da sentença, alegando suposta omissão nela, é inegável que todo pronunciamento jurisdicional oriundo de tal provocação tem a mesma natureza jurídica daquela. Isto é, toda e qualquer manifestação judicial em resposta à tentativa do agravante de integrar a sentença, terá a mesma natureza jurídica desta, sendo, portanto, sentença também.

Nessa linha de raciocínio, possuindo, a decisão recorrida, natureza jurídica de sentença, é de todo evidente que o agravo de instrumento não é o remédio cabível para hostilizá-la, já que para o caso o Código de Ritos prevê recurso específico, qual seja: o recurso de apelação.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Com efeito, o recurso de apelação é o remédio cabível contra sentença, ao passo que o agravo de instrumento somente é cabível quando se está diante de decisão interlocutória, o que não é o caso dos autos.

Nessa perspectiva, é inegável que, com o devido respeito, laborou em equívoco a parte agravante ao fazer uso do agravo de instrumento para guerrear a **sentença** de primeiro, uma vez que o remédio que deveria ser utilizado deveria ser a apelação, já que, como é cediço, este é o recurso cabível para se contrapor à sentença.

Em conclusão, outra não deve ser a conduta deste Eminentíssimo Tribunal senão nem conhecer o agravo de instrumento ora interposto. É o que ora se requer.

2.2 Do encerramento do certame

fgfgfdgfdgfdgfdgfd

3. DAS RAZÕES PARA O IMPROVIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Não obstante seja certo o acolhimento da tese antes especificada e, em razão disso, o presente agravo não terá sequer o seu mérito examinado, em homenagem ao princípio da eventualidade, cumpre à parte agravada demonstrar as razões pelas quais, acaso conhecido, o recurso deve ter o seu provimento negado.

3.1 Da inexistência de confirmação da tutela antecipada na sentença de primeiro grau. Cotejo das regras de hermenêutica.

Para solucionar a lide ora posta sob exame deste Egrégio Tribunal é necessário fazer uso de regras básicas de hermenêutica em relação às normas



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

relativas às decisões judiciais e às disposições relativas aos efeitos do recebimento da apelação.

Ao se examinar a sentença de primeiro grau, percebe-se claramente que a Nobre Magistrada **não confirmou expressamente a tutela antecipada**. E, ao contrário do que quer fazer parecer a parte agravante, não é admissível, no nosso ordenamento jurídico, a confirmação tácita de antecipação dos efeitos da tutela.

Em sede de sentença, o comando decisório somente poderá ter eficácia imediata se houver antecipação dos efeitos da tutela expressamente no seu corpo ou se houver confirmação de tal medida de urgência também de forma expressa. Inexistindo disposição a respeito **de forma expressa na sentença** não há falar-se em confirmação ou concessão de forma tácita.

Nessa medida, não merece prosperar a tese desenvolvida pela parte agravante na peça de interposição do agravo.

Na realidade, a sentença foi laborada com base no chamado no **silêncio eloquente**. Isto é, a Magistrada de primeiro grau poderia ter confirmado a tutela antecipada de forma expressa na sentença, mas não o fez. Isto quer dizer que o silêncio da decisão foi cristalino no sentido de não se confirmar a tutela antecipada.

Ademais, o Código de Ritos, quando trata do instituto da tutela antecipada, no seu artigo 273, impõe uma conduta comissiva por parte do magistrado para deferir tal pleito ("poderá"). Isto é, o próprio dispositivo, de forma implícita, repele a antecipação de tutela de forma tácita, bem assim a sua confirmação.

Além disso, o §1º do artigo 273 do CPC dispõe que o juiz deverá indicar de modo claro e preciso as razões do seu convencimento. É dizer, se não houver razões de decidir, não há falar-se em antecipação dos efeitos da tutela por expressa vedação legal.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

O que se observa a partir daí, Nobres Julgadores, é que o juízo *a quo* não confirmou a tutela antecipada concedida no princípio do processo, embora, querendo, poderia fazê-lo. Além do que, ao contrário do que afirma a agravante, não há falar em concessão tácita dos efeitos da tutela.

Nessa perspectiva, não merece prosperar o pleito da agravante em conferir eficácia imediata à sentença, uma vez que não houve concessão nem confirmação da tutela antecipada no seu corpo. Pensar de modo diverso, é criar regra inexistente na sentença e utilizar este Tribunal como verdadeiro órgão supressor de instância.

Ademais, **o Distrito Federal interpôs recurso de apelação**, o qual, por não se enquadrar nas exceções da parte final do artigo 520 do CPC, será recebido tanto no efeito devolutivo quanto no efeito suspensivo. Isto é, é impossível se conferir eficácia imediata à sentença, pois, além de não ter ocorrido a confirmação/concessão da tutela antecipada no seu bojo, o recebimento do apelo do Distrito Federal ensejará a suspensão da eficácia da sentença proferida pelo Juízo *a quo*.

Inclusive, Excelências, em todos os julgados colacionados na peça de interposição do agravo, há expressa menção no sentido de que, se a sentença expressamente ratifica a tutela antecipada anteriormente deferida, a apelação interposta será recebida apenas no efeito devolutivo.

Observem: todos os julgados colacionados pelo próprio agravante admitem o recebimento do apelo exclusivamente no efeito devolutivo somente se houver confirmação da tutela antecipada. **Definitivamente, não é o que ocorreu no caso dos autos.** A magistrada de primeiro grau não ratificou/concedeu a tutela antecipada quando da prolação da sentença.

Vejam, Nobres Julgadores, que seja sob uma ótica (ausência de confirmação da tutela antecipada na sentença), seja por outra (interposição de recurso de apelação ser recebido também no efeito suspensivo), a pretensão recursal da parte agravante está fadada ao fracasso.

20
9



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Nessa perspectiva e em conclusão, o improvimento do agravo é medida que se impõe.

3.2 Da ausência dos requisitos autorizadores para a antecipação da tutela recursal

Diante das razões expostas anteriormente, é flagrante a não caracterização dos requisitos para concessão da antecipação da tutela recursal, conforme se demonstrará.

A. Da inexistência de *fumus boni iuris*

A fundamentação lançada pela parte agravante não possui grande relevância jurídica.

Como visto anteriormente, não cabendo aqui serem repetidas as razões, a pretensão do agravante não merece prosperar. Isto porque, além de não ter havido confirmação da tutela antecipada na sentença, a apelação do Distrito Federal será recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.

Essas duas circunstâncias (ausência de antecipação dos efeitos da tutela na sentença e recebimento do apelo em ambos efeitos) afastam a pretensão do agravante consistente em conferir imediata eficácia à sentença.

Nessa perspectiva, resta afastada a prova da verossimilhança da alegação da agravante e, portanto, o *fumus boni iuris*, requisito indispensável para que haja a antecipação da tutela recursal.

Mas não é só!



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

B. Da inexistência de *periculum in mora*. Contrariamente, da existência de *periculum in mora* reverso.

A Agravante alega que o *periculum in mora* estaria presente no caso, pois "se a agravante tiver que aguardar o trânsito da r. sentença para só então colher os efeitos da antecipação da tutela, inevitavelmente ocorrerá a perda do objeto da ação".

Diante disso, requer a Agravante o imediato cumprimento da sentença, com o seu prosseguimento no certame licitatório **que já se encontra encerrado e com os respectivos contratos assinados.**

No caso em apreço, Excelências, o *periculum in mora* deve ser analisado de forma reversa. Isto é, deve ser questionado qual a parte que será mais prejudicada com a concessão da tutela antecipada recursal? A todo evidente, não resta dúvida de que será o Distrito Federal e, conseqüentemente, a sua população.

Isto porque, a pretensão da agravante lançada na primeira instância não possui sequer a chance de acolhida neste Egrégio Tribunal, uma vez que falta-lhe interesse de agir. Explica-se:

Quando da contestação, o Distrito Federal alegou e provou que o processo deveria ser extinto sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, VI, do CPC, por faltar à parte autora interesse de agir e ser, portanto, carecedora da ação.

Foi alegado e provado que à autora faltava interesse de agir, uma vez que a sua pretensão – habilitação na Concorrência Pública nº 01/2011 – não poderia mais ser cumprida, **por meio da presente demanda**, uma vez que o procedimento licitatório impugnado já havia encerrado, inclusive com a assinatura dos respectivos contratos.

Isto é, o procedimento licitatório de onde emanou o ato administrativo que inabilitou a autora e que ela quer ver declarado nulo foi dividido em **5 (cinco) lotes**. Isto é, geograficamente, o Distrito Federal foi repartido em cinco grandes bacias para quais seriam selecionadas apenas uma



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

empresa prestadora de serviços de transporte público coletivo.

Atualmente, todos os cinco lotes já foram adjudicados às empresas vencedoras e, inclusive, os respectivos **contratos** de concessão já foram, todos eles, **assinados**. Esta circunstância – **assinatura os contratos** e adjudicação dos objetos – faz **esvair o interesse processual da parte autora**.

Afirma-se isso, pois, como bem delimitado na peça de ingresso, o objetivo da empresa autora é a declaração de nulidade de atos administrativos praticados durante o trâmite do processo administrativo de licitação (inabilitação da autora) e tal pretensão não pode mais ser satisfeita em face da conclusão do processo licitatório.

Sob o tema, já se posicionou **este Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal**, *in verbis*:

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE CONHECIMENTO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELA LICITANTE VENCEDORA. EXAURIMENTO DO CONTRATO PELO DECURSO DO TEMPO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

1 - O encerramento da licitação, com a homologação, adjudicação, formalização do contrato em favor da empresa licitante vencedora e exaurimento do objeto faz encerrar o processo judicial pela ausência de interesse processual; mostra-se faticamente impossível que outro contrato seja celebrado para prestar serviços em período pretérito.

[...]

(Acórdão n.663126, 20070111528896APC, Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, Revisor: JOÃO EGMONT, 5ª Turma



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Cível, Data de Julgamento: 20/03/2013, Publicado no DJE: 22/03/2013. Pág.: 146) – negritamos

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ANULATÓRIA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELA LICITANTE VENCEDORA. EXAURIMENTO DO CONTRATO PELO DECURSO DO TEMPO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. SENTENÇA CONFIRMADA.

O encerramento da licitação, com a homologação, adjudicação, formalização do contrato em favor da empresa licitante vencedora e exaurimento do objeto faz encerrar o processo judicial pela ausência de interesse processual; mostra-se faticamente impossível que outro contrato seja celebrado para prestar serviços em período pretérito. Hipótese que não se assemelha à propositura de Ação Cível Pública.

Apelação Cível desprovida.

(Acórdão n.394738, 20070111425969APC, Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, Revisor: CARMELITA BRASIL, 2ª Turma Cível, Data de Julgamento: 25/11/2009, Publicado no DJE: 24/02/2010. Pág.: 58) – negritos nossos

Como se vê, o **posicionamento deste Tribunal** é claro ao dispor que o **encerramento do procedimento licitatório extingue o direito processual da parte que almeja impugnar algum dos seus atos.**

Diga-se, ademais, que, ao contrário do que defende o Juízo de primeiro grau, não se trata de "*panaceia dos vícios do ato administrativo*", a homologação e adjudicação do objeto licitado, mas o que se defende é que seria necessário o ajuizamento de ação própria para anular os contratos firmados, o que não ocorreu nos autos, já que a pretensão da autora volta-se exclusivamente para a anulação de ato administrativo que resultou na sua



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

habilitação no certame.

Enfim, nessa perspectiva, considerando que, neste caso concreto, os efeitos do procedimento licitatório que se pretende anular já se exauriram (conforme prova já constante dos autos), ante a adjudicação, homologação e assinatura dos contratos relativos a todos os lotes licitados, impõe-se a denegação do pedido de antecipação de tutela recursal.

Salienta-se que algumas das concessionárias já começaram a prestar serviços, usando veículos adquiridos em 2013, havendo outras prestes a iniciar suas operações, e o absurdo pedido liminar da Agravante, à toda aparência, resultaria na suspensão da atividade destas operadoras selecionadas em procedimento que assegura sua eficiência e plena regularidade jurídica para que fosse retomado o sistema anterior atendido por empresas e pessoas físicas em péssimas condições a partir de contratos precários celebrados sem licitação.

Em outras palavras, não apenas não se vislumbra *periculum in mora* em favor da Agravante, mas também é inegável a concretização de uma série de prejuízos diretamente aos usuários do transporte coletivo do Distrito Federal acaso for acolhida a pretensão por ela postulada liminarmente.

É inegável, assim, que o pedido de antecipação de tutela recursal deve ser denegado.

4. DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer o Distrito Federal:

- a) Seja indeferido o pedido de antecipação de tutela recursal;
- b) Não seja nem conhecido o recurso de agravo de instrumento ora interposto, já que não é a via adequada para guerrear a decisão recorrida;



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD**

c) Sucessivamente, acaso não acolhido o pedido anterior, seja negado provimento ao agravo de instrumento ora interposto.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 2 de dezembro de 2013

Edvaldo Costa Barreto Júnior

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Gabinete do Desembargador Sérgio Rocha

Praça Municipal, lote 1, Palácio da Justiça, bloco D, 2º andar, sala 2.100 |

CEP 70094-900, Brasília-DF

(61) 3103 7019 | (61) 3103 7198

781587

Orgão : Segunda Turma Cível
Classe : AGR no AGI – *Agravo Regimental no Agravo de Instrumento*
Nº. Processo : 2013 00 2 027515-5
Agravante : Cooperativa Central do Brasil de Transportes Coletivos Urbanos de Passageiros do Sistema de Lotação Cooperbrasil
Agravado : Distrito Federal
Relator Des. : J. J. COSTA CARVALHO
Relator : SÉRGIO ROCHA
Designado Des.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. DOCUMENTO NÃO OBRIGATÓRIO. OPORTUNIZAÇÃO À PARTE PARA QUE TRAGA AOS AUTOS. PRECEDENTE DO C.STJ.

1. Inexistente peça facultativa necessária à compreensão da controvérsia, deve ser garantida ao agravante a oportunidade de complementação do instrumento. Precedentes do C.STJ.
2. Deu-se provimento ao agravo regimental para que se oportunize ao agravante a juntada do documento exigido pelo relator. Maioria.

**781587****ACÓRDÃO**

Acordam os Senhores Desembargadores da **SEGUNDA TURMA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, **J. J. COSTA CARVALHO** - Relator, **SÉRGIO ROCHA** e **FÁTIMA RAFAEL** - Vogais, sob a Presidência do Senhor Desembargador **J. J. COSTA CARVALHO**, em **DAR PROVIMENTO. MAIORIA. VENCIDO O RELATOR. REDIGIRÁ O ACÓRDÃO O DES. SÉRGIO ROCHA**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 19 de março de 2014.

Desembargador SÉRGIO ROCHA

Relator Designado

**781587****RELATÓRIO**

A agravante apresenta agravo interno defendendo a necessidade de reforma da dicção deste Relator, porque se mostra dispensável, por não figurar no rol dos documentos obrigatórios, a juntada do ato constitutivo da cooperativa.

Requer, pois, o provimento do recurso, restabelecendo-se o curso do agravo de instrumento.

É o relatório.

29

VOTO

**O Senhor Desembargador J. J. COSTA
CARAVALHO – Relator**

Conheço do recurso, presentes os pressupostos de admissibilidade.

Contudo, mantenho o posicionamento originariamente externado, nos seguintes termos:

“Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão pela qual o magistrado *a quo* indeferiu a intimação do requerido para imediato cumprimento da antecipação da tutela, confirmada, implicitamente, pela sentença.

Nas razões do agravo, a recorrente esclarece que a sentença confirmou tutela anteriormente concedida, cujos

781587

efeitos encontravam-se suspensos em razão de decisão no agravo instrumento 12586-7/2013. Aduz que, sobrevindo sentença, que ratifica o provimento jurisdicional antecipado, o agravo perde seu objeto, sendo pertinente o cumprimento imediato da decisão, o que, todavia, foi indeferido pela Juíza da Sexta Vara da Fazenda Publica, ao fundamento de que se deveria aguardar o trânsito em julgado.

Pois bem.

Em que pesem as razões da agravante, o recurso não comporta juízo positivo de admissibilidade.

Consoante dispõe a regra hospedada no artigo 525 do Estatuto Processual Civil, a petição de agravo de instrumento será instruída, obrigatoriamente, com a procuração outorgada ao advogado do agravante, a fim de que se comprove ter o subscritor do recurso poderes para representá-lo e, ao mesmo tempo, capacidade postulatória.

No caso, não há nos autos qualquer ato constitutivo da cooperativa, o que impede a verificação da regularidade da procuração outorgada ao advogado, inviabilizando, destarte, que este e. Tribunal averigue se o profissional subscritor do recurso detém poderes para defender em juízo os seus interesses.

Nesse contexto, inviável se revela o prosseguimento do vertente agravo, tanto mais quando se sabe que a sua disciplina obsta que o relator converta o julgamento em diligência, a fim de que seja efetivada a juntada de eventual peça faltante.

Aliás, no particular, apropriadas são as observações registradas pelo emérito e culto processualista Nelson

**781587**

Nery Júnior, no sentido de que o agravante '*...deve juntar as razões do inconformismo, os documentos obrigatórios e facultativos, bem como a prova do recolhimento do preparo, com a petição de interposição do recurso. Isto porque a lei (CPC 511) exige que os dois atos (interposição do recurso e juntada das razões e documentos) sejam praticados simultaneamente, isto é, no mesmo momento processual. Caso não ocorra essa prática simultânea, terá havido preclusão consumativa, vedado ao agravante juntar, posteriormente à interposição do agravo, razões ou documentos...*' (Código de Processo Civil Comentado e legislação processual civil extravagante em vigor, 5a Edição, RT, pág. 1023).

Isso posto, com apoio no artigo 557 do Diploma Processual Civil, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO**, porquanto inadmissível.

Intimem-se."

Apenas faço registrar que, acaso tivesse havido o reconhecimento de firma na procuração de fl. 32, aí sim se cogitaria da dispensa da juntada do ato constitutivo. Entretanto, sem o cumprimento dessa formalidade, não é possível atestar se a pessoa que se qualifica como representante legal da empresa e que outorgou a procuração nessa condição, Sr. Cícero Sebastião de Araújo, efetivamente o é.

Posto isto, **NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO.**

É como voto.

31

**781587**

**O Senhor Desembargador SÉRGIO ROCHA –
Vogal**

Vou pedir a mais elevada vênia ao eminente Relator porque entendo que não se trata de uma exigência legal e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou o entendimento de que, quando o documento não é daqueles elencados na lei como indispensáveis para o conhecimento do agravo, deve ser oportunizado à parte que junte o documento, permitindo assim que o agravo seja processado.

Reitero o pedido de vênia e dou provimento ao agravo regimental.

**A Senhora Desembargadora FÁTIMA RAFAEL
– Vogal**

Senhor Presidente, já tive oportunidade de enfrentar o tema e o meu entendimento é coincidente com o do eminente 1.º Vogal.

É que a exigência dos atos constitutivos da empresa só se faz quando existe dúvida em relação a quem realmente representa, mas a regra é que se faça a juntada apenas do instrumento de procuração.

32

DECISÃO



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

AGR no AGI 2013.00.2.027515-5

781587

Deu-se provimento ao agravo regimental. Maioria.
Vencido o Relator. Redigirá o acórdão o Des. Sérgio Rocha.

33



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Cópia

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES DA 2ª TURMA
CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

2ª TURMA CÍVEL

12/05/2014

14:19:31

5858



Processo nº AGR no AGI 2013.00.2.027515-5

Agravante: Cooperativa Central do Brasil de Transportes Coletivos
Urbanos de Passageiros do Sistema de Lotação - Cooperbrasil

Agravado: DISTRITO FEDERAL

34

O **DISTRITO FEDERAL**, já qualificado nos autos em epígrafe, por intermédio do seu Procurador subscritor da presente, vem respeitosamente à presença de V. Exa., ante os termos do v. sentença que julgou improcedente o pedido formulado peça de ingresso, vem apresentar os presentes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

com base no artigo 535, I e II, combinado com o art. 188, ambos do Código de Processo Civil, fazendo-o de acordo com os fundamentos que passa a aduzir.

I. DO ESCOPO DESTES EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Com o devido respeito, o aviamento destes embargos declaratórios afigura-se necessário por duas razões:

- i) A uma, para sanar o equívoco incorrido por esta Turma, ao dar provimento ao Agravo Regimental interposto pela ora embargada, por entender que deveria ter sido oportunizado à parte a juntada de documentos não elencados na lei como indispensáveis;
 - ii) A duas, com o intuito de prequestionar a matéria legal e inconstitucional tratada nestes autos, a fim de viabilizar a interposição dos recursos excepcionais para os Tribunais Superiores.
- 35

II. DO MÉRITO RECURSAL

II.1. Da omissão do acórdão em relação aos artigos 511 e 525, I, CPC. Pquestionamento.

Como visto, o Agravo de Instrumento interposto pela Cooperativa Central do Brasil de Transportes Coletivos Urbanos de Passageiros do Sistema de Lotação Cooperbrasil teve negado seguimento pelo Desembargador Relator, por não ter sido juntado aos autos qualquer ato constitutivo da cooperativa - o que, a seu ver, impede a verificação da regularidade da procuração outorgada ao advogado, inviabilizando que este E. Tribunal averigüe se o profissional subscritor do recurso detém poderes para defender em juízo os seus interesses.

Irresignada, a agravante, ora embargada, interpôs Agravo Regimental em face de tal decisão, defendendo a necessidade de reforma desta, porquanto se mostraria dispensável, por não figurar no rol dos documentos obrigatórios, a juntada do ato constitutivo da cooperativa.

Neste sentido, esta Turma houve por bem dar provimento ao Agravo Regimental interposto, por entender que não se trataria



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

de exigência legal.

Ocorre que, ao dar provimento ao citado Agravo, esta Turma incorreu em grave violação ao disposto no artigo 525, I, CPC, bem como ao que determina o artigo 511, também do CPC.

Ora, o artigo 525, I, CPC, determina de maneira expressa que:

Art. 525 - A petição de agravo de instrumento será instruída: (Alterado pela L-009.139-1995)
I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado;

Desta forma, sem a cópia dos atos constitutivos da empresa, torna-se inviável a verificação da regularidade da procuração outorgada ao advogado, pois o Tribunal ficaria impossibilitado de averiguar se o profissional subscritor do recurso detém poderes para defender em juízo os seus interesses. 36

Vejam, Excelências, que conforme bem destacado pelo Desembargador Relator, acaso tivesse havido o reconhecimento de firma na procuração de fl. 32, aí sim se cogitaria da dispensa da juntada do ato constitutivo, todavia, sem o cumprimento desta formalidade, não é possível atestar se a pessoa que se qualifica como representante legal da empresa e que outorgou a procuração nesta condição, efetivamente o é.

Efetivamente, é ônus processual da parte agravante instrumentalizar adequadamente o recurso com os documentos obrigatórios indicados no art. 525, I do CPC, sob pena de não seguimento do recurso.

Assim, no que toca à juntada dos atos constitutivos da empresa, juntamente com a procuração, tal exigência deve-se à necessidade de ficar comprovado documentalmente que o advogado que subscreve a peça é de fato o procurador da parte agravante e de que o patrono que será intimado para responder o recurso é de fato o procurador do agravado.

Nesse panorama, tem-se por inviável a conversão do julgamento em diligência, com vistas à complementação das peças

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

obrigatórias previstas no inciso I do artigo 525 do CPC, como é o caso dos autos.

Ao fim e ao cabo, a Legislação Processual, em seu artigo 511, exige que os atos de interposição do recurso e de juntadas das razões e documentos sejam praticados simultaneamente, isto é, no mesmo instante processual. Veda-se, com isso, a possibilidade de juntada ulterior das peças tidas por obrigatórias, uma vez que operada a preclusão consumativa com o ato de interposição do recurso

Dessa maneira, **para fins de prequestionamento**, o Distrito Federal requer que **este Egrégio Tribunal se posicione especificamente** acerca dos **artigos tido como violados**, quais sejam, **arts. 525, I, e 511 CPC**.

37

III. DOS PEDIDOS.

Ante o exposto, requer o Embargante o conhecimento e provimento dos presentes embargos de declaração, a fim de sanar o vício contido no acórdão, bem como para que haja expressa menção aos dispositivos acima mencionados.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília/DF, 12 de maio de 2014.


Edvaldo Costa Barreto Júnior

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

Cópia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
2ª TURMA CÍVEL

02/07/2014

15:50:51

8968



38
4

Ref.: Processo n.º : 2013.00.2.027515-5 AGI
Recorrente : DISTRITO FEDERAL
Recorrido : COOPERBRASIL - COOPERBRASIL -
COOPERATIVA CENTRAL DO BRASIL DE
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS DE
PASSAGEIROS DO SISTEMA DE LOTAÇÃO

O DISTRITO FEDERAL, já devidamente qualificado nos autos do Agravo de Instrumento em epígrafe, vem, com o devido respeito e acatamento, por intermédio do seu Procurador que a esta subscreve, poderes *ex lege*, com o devido respeito e acatamento, interpor, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição da República, combinado com os artigos 541 e seguintes do Código de Processo Civil, o presente

RECURSO ESPECIAL,

por não se conformar, *data máxima vênia*, com os termos do r. acórdão proferido nos presentes autos pela 2ª Turma Cível deste Egrégio Tribunal, que negou provimento ao Embargos de Declaração opostos no bojo do Agravo Regimental em Agravo de Instrumento manejado pela parte ora recorrida,



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

39

8

fazendo-o na forma das razões anexas e requerendo, desde já, o seu recebimento, processamento e encaminhamento ao Colendo Superior Tribunal de Justiça para julgamento.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 1º de julho de 2014.



EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

40
96

**RECURSO ESPECIAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO
REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2013.00.2.027515-5**

RECORRENTE: DISTRITO FEDERAL

**RECORRIDO: COOPERBRASIL - COOPERATIVA CENTRAL DO BRASIL
DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS DE
PASSAGEIROS DO SISTEMA DE LOTAÇÃO**

RAZÕES DO RECURSO

Colendo Superior Tribunal de Justiça,

Egrégia Turma,

Eméritos Ministros,

I - BREVE ESCORÇO DA DEMANDA

Tratam os autos de origem de Ação de Conhecimento ajuizada por COOPERBRASIL - Cooperativa Central do Brasil de Transportes Coletivos Urbanos de Passageiros visando, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, com o objetivo de que seja revertida a decisão administrativa que a inabilitara no processo licitatório de Concorrência Pública n.º 001/2011-ST, possibilitando a sua participação nas demais fases do certame.

A referida decisão de inabilitação se fundamentou nos seguintes argumentos: i) a licitante apresentou procuração para credenciamento e declarações exigidas pelo instrumento convocatório assinadas somente pelo seu



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

41
6

Presidente, enquanto que o Estatuto da cooperativa, em seu art. 29, "s", dispõe explicitamente que a contração de obrigações e constituição de mandatários competem ao Conselho de Administração; ii) o atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante não comprova a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros em nome próprio da cooperativa (como exige o item 21.4.1.1 do Edital), posto que tal atestado se refere estritamente à execução individual de serviços por permissionários pessoas físicas no Município de Guarulhos/SP (o que, inclusive, foi esclarecido pela Secretaria de Transportes daquele Município, mediante diligência).

Distribuída a referida ação de conhecimento à 6ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, a Eminente Juíza de Direito proferiu decisão interlocutória, deferindo a antecipação dos efeitos da tutela postulada pela COOPERBRASIL, *in verbis*:

"Ante o exposto, DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela para suspender o óbice da inabilitação da COOPERATIVA CENTRAL DO BRASIL DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS - COOPERBRASIL na Concorrência n. 1/2011-ST - Reabertura, assegurando-se a abertura de sua proposta de preços (envelope n. 02 do Lote n. 01) pela Comissão Especial de Licitação e, caso não haja outro óbice senão aquele que já foi aqui afastado, sua continuidade nas demais fases do certame."

Em face dessa decisão, o Distrito Federal interpôs recurso de agravo de instrumento, o qual, após ter sido distribuído para a **2ª Turma Cível do TJDF** sob o nº **2013.00.2.012586-7**, teve a antecipação de tutela recursal deferida e os efeitos da decisão agravada foram suspensos de imediato.

Suspensa a decisão, o processo seguiu o seu curso normal na primeira instância, tendo, o Distrito Federal, apresentado resposta na forma de contestação, oportunidade em que foram alegadas diversas preliminares e, no mérito, demonstrou-se que não merecia a procedência o pedido autoral.

Ocorre que, a despeito das substanciosas alegações da parte ré, a Douta Magistrada de primeiro grau, pautada em argumentos de legalidade duvidosa,



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

42
b

data vênia, julgou procedente o pedido, em sede de sentença que possui o seguinte dispositivo:

"Ante o exposto, julgo PROCEDENTE os requerimentos autorais para declarar nulo o ato que inabilitou a sociedade empresária COOPERATIVA CENTRAL DO BRASIL DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS - COOPERBRASIL da Concorrência n. 1/2011-ST - Reabertura, assegurando-se a abertura de sua proposta de preços (envelope n. 02 do Lote n. 01) pela Comissão Especial de Licitação e, caso não haja outro óbice senão aquele que já foi aqui afastado, sua continuidade nas demais fases do certame.

Declaro com isso resolvido o mérito da demanda com base no artigo 269, inciso I do CPC.

Condeno o requerido a ressarcir as custas adiantadas pelo autor, bem como a pagar ao autor o valor de R\$ 500,00 a título de honorários advocatícios, conforme artigo 20, § 4º do CPC."

Em face deste pronunciamento judicial, o **Distrito Federal interpôs recurso de apelação - já julgado e provido pelo TJDF** - com o objetivo obter a improcedência do pedido autoral.

Também inconformada, a parte autora, ora recorrida, opôs **embargos de declaração em desfavor da referida sentença**, ao argumento de que a decisão havia sido omissão quanto ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

Em resposta aos declaratórios, o Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública assim se pronunciou:

"Alega a embargante que a decisão contém omissão, razão pela qual requer sejam pontualmente apreciadas suas alegações.

Conheço dos presentes embargos, porquanto foram interpostos tempestivamente, nos termos do artigo 536 do CPC.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

43
6

Os embargos de declaração têm a finalidade de corrigir obscuridade, contradição ou omissão no julgado, bem como para a correção de erro material. Apenas admite-se a incidência de efeitos modificativos no julgado em tais hipóteses, o que não se observa na decisão embargada.

Assim, percebe-se que a parte não pretende com os embargos de declaração o esclarecimento de omissões, mas sim a adequação do julgado ao seu particular entendimento, com modificação da substância da decisão, o que se mostra incabível pela via escolhida. Ante o exposto, REJEITO os embargos e mantenho, na íntegra, a decisão atacada.

Intimem-se."

Como se vê, a Ilustre Magistrada de primeiro grau identificou que não existiam vícios na decisão embargada, sobretudo no que se refere à omissão, razão pela qual desproveu o recurso.

Ainda inconformada com decisão, a parte ora recorrida interpôs o agravo de instrumento, o qual foi teve o seu provimento liminarmente negado, uma vez a **agravante deixara de juntar documento obrigatório ao exame da controvérsia.**

Inconformada, a COOPERBRASIL opôs agravo regimental, o qual foi provido pela 2ª Turma Cível do TJDF em acórdão cuja ementa possui o seguinte teor:

"AGRAVO REGIMENTAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. DOCUMENTO NÃO OBRIGATÓRIO. OPORTUNIZAÇÃO A PARTE PARA QUE TRAGA AOS AUTOS. PRECEDENTE DO C.STJ.

1. Inexistente peça facultativa necessária à compreensão da controvérsia, deve ser garantida ao agravante a oportunidade de complementação do instrumento. Precedentes do C.STJ.

2. Deu-se provimento ao agravo regimental para que se oportunize ao agravante a juntada do documento exigido pelo relator. Maioria.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

44
b

(Acórdão n.781587, 20130020275155AGI, Relator: J.J. COSTA CARVALHO, Relator Designado: SÉRGIO ROCHA, 2ª Turma Cível, Data de Julgamento: 19/03/2014, Publicado no DJE: 29/04/2014. Pág.: 96)"

Com o objetivo de prequestionar a matéria legal debatida nos autos e levar os autos a julgamento perante esta Egrégia Corte de Justiça, o Distrito Federal opôs embargos de declaração.

Os declaratórios foram desprovidos, dando azo ao manejo do presente recurso especial nos termos em que se passa a expor:

II - DO NECESSÁRIO JUÍZO POSITIVO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL

II.1 - Dos requisitos de admissibilidade comum aos recursos

Preliminarmente, cumpre notar que o presente recurso reúne todas as condições para sua admissibilidade, senão vejamos.

O recurso aviado é o cabível, em face da natureza da decisão atacada (art. 541 e seguintes do CPC c/c art. 105, inc. III, alínea "a" da CRFB).

O acórdão recorrido foi disponibilizado no DJe do dia 02/06/2014 (segunda-feira), o que propiciou a fluência do prazo recursal a partir do dia 04/06/2014 (quarta-feira), extinguindo-se, portanto, o trintídio em 03/07/2014 (quinta-feira). Tempestiva, pois, a irresignação.

O ente recorrente encontra-se dispensado do recolhimento do preparo (art. 511, § 1º, CPC). O interesse recursal é patente, diante do indevido prejuízo acarretado ao Distrito Federal pela decisão recorrida.

No que tange aos requisitos específicos de admissibilidade dos recursos constitucionais, roga-se as mais respeitadas vênias para uma análise pormenorizada.

1



45
6

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

II.2 - Dos requisitos de admissibilidade específicos do Recurso Especial: alegação de matéria legal violada e prequestionamento

O Distrito Federal submete a exame deste Egrégio Superior Tribunal de Justiça este Recurso Especial, uma vez que o Tribunal *a quo*, ao julgar os embargos de declaração manejados pelo ente distrital, violou os seguintes dispositivos: art. 535, II e art. 525, I, ambos do Estatuto Processual Civil.

O art. 525, I, do Código de Processo Civil, que trata das peças obrigatórias na formação do instrumento do agravo foi fictamente prequestionamento, uma vez que, em pese o que tribunal não tenha explicitamente se manifestado sobre ele, o Distrito Federal lançou mão dos embargos de declaração com o claro objetivo de presquestionar a matéria.

Ocorre que, ao julgar os embargos declaratórios opostos pelo ente ora recorrente, o TJDFT o desproveu, apontando que não havia qualquer mácula no julgado. Tal conduta - deixar de apontar explicitamente o dispositivo infraconstitucional violado -, acarretou por criar outro vício no mesmo acórdão, qual seja: a negativa de prestação jurisdicional.

Com efeito, conforme remansosa jurisprudência deste Egrégio Tribunal, a negativa de prestação jurisdicional possibilita o manejo do recurso especial por violação ao artigo 535, II, do CPC, por ter havido omissão no pronunciamento judicial combatido.

Assim, em resumo, o prequestionamento se refere aos seguintes dispositivos: art. 535, II e art. 525, I, ambos do Estatuto Processual Civil.

Admissível, pois, o recurso ora manejado.

III - DO ÂMBITO DE COGNIÇÃO DO PRESENTE RECURSO

Ab initio, cumpre ressaltar que o objetivo da interposição do presente recurso especial é conferir interpretação correta em relação ao inciso I do artigo 525 do Estatuto Processual Civil, mais precisamente o que se busca com o presente recurso é a identificação do que se entende por peças obrigatórias na



formação do agravo de instrumento.

Ademais, considerando que o Tribunal *a quo* negou provimento aos embargos de declaração opostos pelo Distrito Federal, sem adentrar na omissão alegada, a cognição do presente recurso alcança também a negativa de prestação jurisdicional.

Feitas essas considerações prefaciais, para bem delimitar o âmbito de cognição do presente recurso, tendo em perspectiva a apresentação da controvérsia nos seus devidos termos, passemos à análise das razões de insustentabilidade do acórdão guerreado.

IV - DAS RAZÕES PARA CASSAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC.

Por meio de embargos de declaração, o Distrito Federal, alegando omissão no acórdão hostilizado, instou o Tribunal *a quo* a se manifestar de forma expressa acerca da interpretação a ser adotada em relação ao inciso I do artigo 525 do Código de Processo Civil.

Todavia, o TJDFT desproveu os embargos aclaratórios manejados nos seguintes termos:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES INEXISTENTES

1. Não há omissão, contradição ou obscuridade no acórdão que enfrentou a questão jurídica suscitada e decidiu-a fundamentadamente, sendo dispensável, para fins de prequestionamento, a menção expressa dos dispositivos legais tidos por violados.

2. Negou-se provimento aos embargos de declaração.

Em que pesem o respeito e a admiração nutridos pela Douta Turma Julgadora, é de se constatar que, ao desprover os embargos declaratórios do Distrito Federal, aviados com o objetivo claro de prequestionar a matéria, houve clara negativa de vigência ao inciso II do artigo 535 do CPC.



47
9
b

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

A consequência lógica do desprovemento dos embargos declaratórios do Distrito Federal é a nulidade do acórdão vergastado. Isto porque, data máxima vênua, laborou em manifesto *error in procedendo* aquele órgão julgador, já que negou a prestação jurisdicional vindicada pelo ente público ora recorrente.

Ao assim proceder, o acórdão recorrido tornou-se nulo, devendo, portanto, sem cassado, devendo ser procedido a um novo julgamento.

V - DAS RAZÕES PARA PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL

Como visto, o Agravo de Instrumento interposto pela Cooperativa Central do Brasil de Transportes Coletivos Urbanos de Passageiros do Sistema de Lotação Cooperbrasil teve negado seguimento pelo Desembargador Relator, por não ter sido juntado aos autos qualquer ato constitutivo da cooperativa - o que, a seu ver, impede a verificação da regularidade da procuração outorgada ao advogado, inviabilizando que este E. Tribunal averigüe se o profissional subscritor do recurso detém poderes para defender em juízo os seus interesses.

Irresignada, a agravante, ora recorrida, interpôs Agravo Regimental em face de tal decisão, defendendo a necessidade de reforma desta, porquanto se mostraria dispensável, por não figurar no rol dos documentos obrigatórios, a juntada do ato constitutivo da cooperativa.

Neste sentido, esta Turma houve por bem dar provimento ao Agravo Regimental interposto, por entender que não se trataria de exigência legal.

Ocorre que, ao dar provimento ao citado Agravo, aquela Turma incorreu em grave violação ao disposto no artigo 525, I, CPC.

Ora, o artigo 525, I, CPC, determina de maneira expressa que:

Art. 525 - A petição de agravo de instrumento será instruída:
(Alterado pela L-009.139-1995)

I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado;

Desta forma, sem a cópia dos atos constitutivos da empresa, torna-se inviável a verificação da regularidade da procuração outorgada ao advogado, pois o Tribunal ficaria impossibilitado de averiguar se o profissional subscritor do



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

48
8

recurso detém poderes para defender em juízo os seus interesses.

Vejam, Excelências, que conforme bem destacado pelo Desembargador Relator, acaso tivesse havido o reconhecimento de firma na procuração de fl. 32, aí sim se cogitaria da dispensa da juntada do ato constitutivo, todavia, sem o cumprimento desta formalidade, não é possível atestar se a pessoa que se qualifica como representante legal da empresa e que outorgou a procuração nesta condição, efetivamente o é.

Efetivamente, é ônus processual da parte agravante instrumentalizar adequadamente o recurso com os documentos obrigatórios indicados no art. 525, I do CPC, sob pena de não seguimento do recurso.

Assim, no que toca à juntada dos atos constitutivos da empresa, juntamente com a procuração, tal exigência deve-se à necessidade de ficar comprovado documentalmente que o advogado que subscreve a peça é de fato o procurador da parte agravante e de que o patrono que será intimado para responder o recurso é de fato o procurador do agravado.

Nesse panorama, tem-se por inviável a conversão do julgamento em diligência, com vistas à complementação das peças obrigatórias previstas no inciso I do artigo 525 do CPC, como é o caso dos autos.

Ocorre que este não foi o entendimento consagrado no acórdão ora recorrido, razão pela qual é de se reconhecer que houve violação literal e direta ao referido dispositivo.

Em conclusão, o provimento do presente recurso é medida que se impõe, a fim de que, após seja dada a correta interpretação ao dispositivo violado, o agravo de instrumento interposto pela COOPERBRASIL permaneça inadmitido.

VI - DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer o recorrente o conhecimento, processamento e provimento do presente especial para reconhecer que o acórdão ora recorrido violou diretamente o artigo 535, II, do CPC, e, em consequência



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA – PROCAD

49
8

disso, seja cassado, determinado que o Tribunal *a quo* proceda a novo julgamento.

Caso não seja este o entendimento deste Egrégio Tribunal Superior, o que se admite somente para argumentar, requer seja provido o recurso especial, para, negar seguimento ao agravo de instrumento interposto pela COOPERBRASIL na origem.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 1º de julho de 2014.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190

Órgão: PRESIDÊNCIA
Classe: RECURSO ESPECIAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo: 2013 00 2 027515-5
Recorrente: DISTRITO FEDERAL
Advogado: EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR
Recorrido: COOPERATIVA CENTRAL DO BRASIL DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS
DE PASSAGEIROS DO SISTEMA DE LOTAÇÃO COOPERBRASIL
Advogados: 1JOSE WELLINGTON MEDEIROS DE ARAUJO E OUTROS

DECISÃO

I - Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Segunda Turma Cível deste Tribunal de Justiça, cuja ementa é a seguinte:

AGRAVO REGIMENTAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. DOCUMENTO NÃO OBRIGATÓRIO. OPORTUNIZAÇÃO À PARTE PARA QUE TRAGA AOS AUTOS. PRECEDENTE DO C.STJ.

1. Inexistente peça facultativa necessária à compreensão da controvérsia, deve ser garantida ao agravante a oportunidade de complementação do instrumento. Precedentes do C.STJ.

2. Deu-se provimento ao agravo regimental para que se oportunize ao agravante a juntada do documento exigido pelo relator. Maioria.

O recorrente aponta violação ao artigo 535, inciso II, do Código de Processo Civil, sustentando que a Turma Julgadora, mesmo instada a tanto, mediante a oposição dos competentes embargos de declaração, não sanou omissões supostamente perpetradas pelo acórdão embargado, o que teria configurado negativa de prestação jurisdicional.

II - O recurso é tempestivo, às partes são legítimas e está presente o interesse em recorrer. Preparo dispensado por isenção legal. Passo ao exame dos pressupostos constitucionais de admissibilidade.

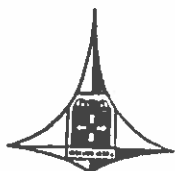
O recurso especial não merece ser admitido. Isso porque, conforme consignado pela Corte Superior em iterativos julgados, "Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adotou, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelos recorrentes, para decidir de modo integral a controvérsia posta." (AgRg nos EDcl no AREsp 360.533/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 09/06/2014). No mesmo sentido, confira-se o AgRg no AREsp 427.080/PE (Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe 17/02/2014).

III - Ante o exposto, INDEFIRO o processamento do recurso especial. Publique-se.

Documento assinado digitalmente
Desembargador GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA
Presidente do Tribunal de Justiça do
Distrito Federal e dos Territórios

A003

Brasília/DF, 20 Oct 2014 12:21PM - Acesso via INTERNET (IP:186.251.243.6)



Senhor

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Costa

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
SERVICO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS REPERCUSSAO GERAL E
RECURSOS REPETITIVOS - SERER
23/10/2014 13:33:34

9958



Processo nº: 2013.00.2.027515-5 (REsp em AgR em AGI)

Agravante/Recorrido: COOPERBRASIL

Agravado/Recorrente: Distrito Federal

O **DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por seu procurador abaixo assinado, regularmente constituído por força de lei, vem, respeitosamente, nos termos dos artigos 188 e 544 do Código de Processo Civil, interpor o presente

AGRAVO

contra a r. decisão prolatada nos autos do Recurso Especial interposto em face de acórdão da 2ª Turma Cível deste Colendo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que indeferiu o processamento do referido recurso, consoante as razões fáticas a seguir expostas, requerendo seja ele recebido e regularmente processado.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

[Assinatura]
EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

RAZÕES DE AGRAVO

**Agravo no Recurso Especial no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento
n.º 2013.00.2.027515-5**

Agravante: DISTRITO FEDERAL

Agravado: COOPERBRASIL

Colendo Superior Tribunal de Justiça,

Egrégia Turma,

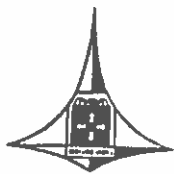
Senhores Ministros,

I - DA TEMPESTIVIDADE

A decisão do Eminentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que indeferiu o processamento do Recurso Especial interposto pelo Distrito Federal em face do acórdão proferido pela 2ª Turma Cível daquela Corte foi disponibilizado do Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em 2 de outubro de 2014, quinta-feira.

Nos termos dos §§3º e 4º do artigo 4º da Lei n.º 11.419/06, o prazo começou a correr no dia 6 de outubro de 2014, segunda-feira. Computando-se o prazo em dobro de que dispõe a Fazenda Pública para recorrer, nos termos do artigo 188 do CPC, é de se perceber que o termo final para interposição do presente agravo recairá no dia 27 de outubro de 2014, segunda-feira.

Assim, protocolizado nesta data, é inegável a tempestividade do presente recurso.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

II - DA DECISÃO AGRAVADA.

Em síntese, a decisão ora atacada teve o condão de negar seguimento ao Recurso Especial interposto pelo Distrito Federal e encontra-se vazada nos seguintes termos:

"I - Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Segunda Turma Cível deste Tribunal de Justiça, cuja ementa é a seguinte:

AGRAVO REGIMENTAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. DOCUMENTO NÃO OBRIGATÓRIO. OPORTUNIZAÇÃO À PARTE PARA QUE TRAGA AOS AUTOS. PRECEDENTE DO C.STJ. 1. Inexistente peça facultativa necessária à compreensão da controvérsia, deve ser garantida ao agravante a oportunidade de complementação do instrumento. Precedentes do C.STJ. 2. Deu-se provimento ao agravo regimental para que se oportunize ao agravante a juntada do documento exigido pelo relator. Maioria.

O recorrente aponta violação ao artigo 535, inciso II, do Código de Processo Civil, sustentando que a Turma Julgadora, mesmo instada a tanto, mediante a oposição dos competentes embargos de declaração, não sanou omissões supostamente perpetradas pelo acórdão embargado, o que teria configurado negativa de prestação jurisdicional.

II - O recurso é tempestivo, as partes são legítimas e está presente o interesse em recorrer. Preparo dispensado por isenção legal. Passo ao exame dos pressupostos constitucionais de admissibilidade. O recurso especial não merece ser admitido. Isso porque, conforme consignado pela Corte Superior em iterativos julgados, "Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adotou, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelos



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

recorrentes, para decidir de modo integral a controvérsia posta." (AgRg nos EDcl no AREsp 360.533/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 09/06/2014). No mesmo sentido, confira-se o AgRg no AREsp 427.080/PE (Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe 17/02/2014).

III - Ante o exposto, INDEFIRO o processamento do recurso especial. Publique-se."

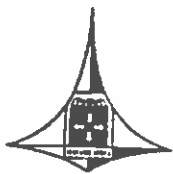
Data máxima venia, tal pronunciamento judicial não merece prosperar. É que, consoante será demonstrado, o Recurso Especial interposto pelo Distrito teve por fundamento dois capítulos, a saber: (i) negativa de prestação jurisdicional por violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil; e (ii) necessidade de reforma do acórdão por ter violado o artigo 525, I, do mesmo Diploma Normativo.

Ocorre que o juízo de admissibilidade feito pelo Eminentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios limitou-se a examinar apenas o primeiro capítulo do Recurso Especial interposto, silenciando-se quando ao segundo. Além disso, mesmo no capítulo examinado não merece prosperar a decisão ora guerreada. Vejamos:

II. DAS RAZÕES PARA PROVIMENTO DO PRESENTE AGRAVO

II.1 - Da omissão da decisão recorrida em relação ao capítulo do Recurso Especial relativo à alegação de violação, do acórdão, do art. 525, I, do CPC.

No Recurso Especial interposto pelo Distrito Federal foi alegado que o acórdão recorrido havia contrariado o teor do inciso I do artigo 525 do Código de Processo Civil. Todavia, ao fazer o primeiro juízo de admissibilidade, o Eminentíssimo Desembargador Presidente silenciou-se quanto ao ponto.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Com efeito, não houve, pelo juízo *a quo*, qualquer manifestação acerca da alegação do Distrito Federal no sentido de que o acórdão guerreado pelo Recurso Especial havia violado o inciso I do artigo 525 do Código de Ritos.

Tal pretensão recursal, por si só, viabiliza o exame do Recurso Especial, já que a alegação de violação ao artigo 525, I, do CPC é suficiente para o conhecimento e provimento do recurso excepcional anteriormente interposto.

Ocorre que, ao deixar de examinar um dos capítulos da pretensão recursal do Distrito Federal, o juízo *a quo*, implicitamente, permitiu o processamento do Especial, já que persiste o interesse recursal quanto ao ponto e o seu exame somente com base nesse pilar viabiliza o conhecimento e provimento do recurso excepcional.

Nessa ordem de ideias, é de se concluir que o presente agravo deve ser provido para que se admita o processamento do Recurso Especial.

Mas não é só!

II.2 – Da negativa de prestação jurisdicional. Violação ao artigo 535, II, do CPC.

Segundo a decisão ora recorrida, citando, inclusive, precedente desta Corte Cidadã, assim entendeu o Eminentíssimo Presidente do Tribunal *a quo*:

"[...] O recurso especial não merece ser admitido. Isso porque, conforme consignado pela Corte Superior em iterativos julgados, 'Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adotou, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelos recorrentes, para decidir de modo integral a controvérsia posta.' (AgRg nos EDcl no AREsp 360.533/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, DJe 09/06/2014). No



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

mesmo sentido, confira-se o AgRg no AREsp 427.080/PE (Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe 17/02/2014)

Como se vê, o entendimento do Juízo recorrido foi no sentido de que a adoção de posição diversa daquela do recorrente para a solução da causa não se configura como negativa de prestação jurisdicional.

Ocorre que, tal posicionamento somente poderá prevalecer se o pleito do recorrente for **analisado e concedido**. Isto é, se o pleito for **analisado e repelido**, o órgão jurisdicional deve sim se manifestar quanto ao ponto ventilado pelo recorrente.

Ao deixar de fazê-lo, é inegável que o órgão jurisdicional omissso negou a prestação da sua função precípua ao jurisdicionado, tal como o fez o juízo ora recorrido.

Nessa perspectiva, constata-se, com o devido respeito, o equívoco na decisão ora objeto de agravo, razão pela qual ela merece ser reformada a fim de que o Recurso Especial tenha o seu seguimento processado.

III - DO PEDIDO

Ex positis, requer o agravante:

- a) seja conhecido e provido o presente agravo, reformando-se a decisão impugnada, uma vez que se fazem presentes os requisitos necessários para que seja conhecido o Recurso Especial;
- b) a intimação do agravado para, querendo, oferecer suas contrarrazões ao presente agravo de instrumento.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 21 de agosto de 2014.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190